



DIÁRIO DA REPÚBLICA

ÓRGÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Preço deste número — Kz: 160,00

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncio e assinaturas do «Diário da República», deve ser dirigida à Imprensa Nacional — E. P., em Luanda, Caixa Postal 1306 — End. Teleg.: «Imprensa»	ASSINATURAS		O preço de cada linha publicada nos <i>Diários da República</i> 1.ª e 2.ª séries é de Kz: 75,00 e para a 3.ª série Kz: 95,00, acrescido do respectivo imposto do selo, dependendo a publicação da 3.ª série de depósito prévio a efectuar na Tesouraria da Imprensa Nacional - E. P.
		Ano	
	As três séries	Kz: 400 275,00	
	A 1.ª série	Kz: 236 250,00	
	A 2.ª série	Kz: 123 500,00	
A 3.ª série	Kz: 95 700,00		

SUMÁRIO

Presidente da República

Decreto Presidencial n.º 23/10:

Retira da reserva fundiária do Alto Lobito constituída nos termos do artigo 2.º do Decreto n.º 90/08, de 26 de Setembro, a área requerida para implementação do Projecto Sonaref.

Decreto Presidencial n.º 24/10:

Confere direitos fundiários às parcelas territoriais das quais o Projecto Sonaref é implementado que se encontram sujeitas à jurisdição das autoridades portuárias.

Decreto Presidencial n.º 25/10:

Desafecta do domínio público e integrados no domínio privado do Estado os terrenos incluídos na área de implementação do projecto Sonaref.

Decreto Presidencial n.º 26/10:

Nomeia Henda Esandjo Nicolau da Silva Inglês, para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração do Instituto para o Sector Empresarial Público.

Decreto Presidencial n.º 27/10:

Nomeia para um mandato de três anos o Conselho de Administração da Empresa Pública de Águas, EPAL-E.P.

Decreto Presidencial n.º 28/10:

Nomeia para um mandato de três anos o Conselho de Administração da Empresa de Telecomunicações de Angola, Angola Telecom-E.P.

Decreto Presidencial n.º 29/10:

Autoriza a constituição de uma sociedade comercial de capitais públicos para titular os interesses todos do Estado no Projecto Aldeia Nova.

Despacho Presidencial n.º 19/10:

Cria a Comissão Preparatória Multisectorial para a realização da VIII Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa — CPLP, a decorrer em Luanda em Julho de 2010.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Decreto Presidencial n.º 23/10

de 1 de Abril

Considerando que algumas das áreas seleccionadas para implementação da nova refinaria do Lobito (Projecto Sonaref), nomeadamente as destinadas à implementação das infra-estruturas de apoio ao referido Projecto, conflituam com as áreas territoriais incluídas na reserva fundiária criada pelo Decreto n.º 90/08, de 26 de Setembro que visam garantir a execução do Programa Habitacional do Governo, na Província de Benguela;

Havendo a possibilidade de compatibilização das áreas para implementação dos referidos projectos e conceder-se, à SONANGOL-E.P., o acesso às áreas descritas incluindo a área para infra-estruturas de apoio, conforme Anexo I ao presente diploma, a fim de possibilitar a realização de trabalhos preparatórios, destinados a aferir as características do terreno para a realização do empreendimento e preparar os mesmos para o início dos trabalhos de construção;

Tendo em conta o previsto no n.º 8 do artigo 27.º da Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro, Lei de Terras;

Nos termos das disposições conjugadas da alínea *h*) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o Presidente da República decreta o seguinte:

Decreto Presidencial n.º 24/10
de 1 de Abril

Considerando que a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola «SONANGOL, E. P.» está a promover a construção de uma nova refinaria, abreviadamente designada «Projecto Sonaref», com capacidade para processar 200 000 barris de petróleo/dia provenientes de ramas ácidas e pesadas;

Tratando-se de um projecto industrial e de refinação, de reconhecido interesse público para o desenvolvimento económico e social de Angola, em que foram já seleccionadas as áreas para a implantação das infra-estruturas do projecto as quais se situam na Província de Benguela, no Município do Lobito, ao longo da Orla Marítima de Angola, a 20km a Norte do Porto do Lobito;

Havendo necessidade de aceder às áreas descritas no anexo ao presente diploma, para possibilitar a realização de trabalhos preparatórios destinados, nomeadamente, a aferir as características do terreno para a realização do empreendimento e a prepará-lo para o início dos trabalhos de construção;

Nos termos das disposições conjugadas da alínea f) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o Presidente da República decreta o seguinte:

ARTIGO 1.º
(Desafectação da jurisdição portuária)

1. As parcelas territoriais descritas no Anexo I ao presente decreto, nas quais o Projecto Sonaref é implementado, e sobre as quais são conferidos direitos fundiários, que se

encontram sujeitas à jurisdição das autoridades portuárias, são desafectadas dessa jurisdição nos termos do artigo 11.º da Lei n.º 9/98, de 18 de Setembro (Lei do Domínio Portuário).

2. O disposto no número anterior aplica-se, igualmente, a qualquer definição de áreas de jurisdição portuária que se verifique durante o período de duração do Projecto Sonaref.

ARTIGO 2.º
(Uso da orla costeira)

Nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 1.º, do Decreto n.º 4/01, de 2 de Fevereiro, o Projecto Sonaref é considerado de interesse nacional, para efeitos de exclusão dos terrenos referidos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 1.º, do presente decreto.

ARTIGO 3.º
(Dúvidas e omissões)

As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas por despacho do Presidente da República.

ARTIGO 4.º
(Entrada em vigor)

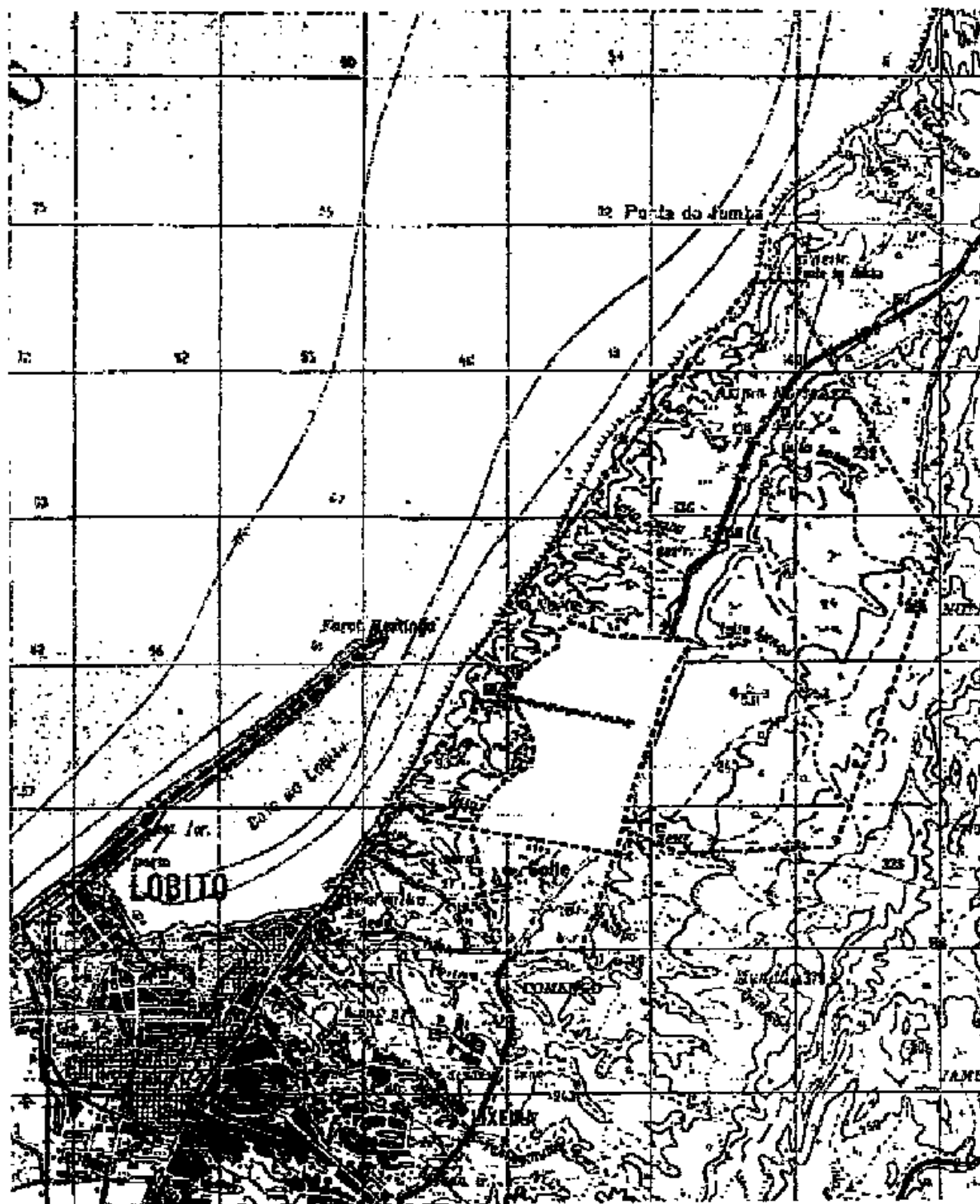
O presente decreto presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Março de 2010.

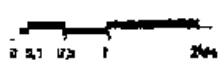
Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.

ANEXO Nº1



- Legenda:
- Polígono Nacional de Reserva - 1.000.000 ha
 - Polígono Nacional de Reserva - 100.000 ha
 - Polígono de Reserva - 10.000 ha



ESCALA - 1:50.000

Decreto Presidencial n.º 25/10

de 1 de Abril

O Executivo da República de Angola, reconheceu como de interesse público a implementação do Projecto Sonaref e a construção pela Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola - SONANGOL, E. P., de uma unidade de refinação de petróleo bruto na Província de Benguela, no Município do Lobito;

Considerando a importância deste projecto para o País, com vista a satisfação das necessidades internas, a eliminação da importação de produtos refinados, a criação de competências no sector da refinação e a exportação de produtos derivados de petróleo;

Considerando que estão seleccionadas as áreas para a implementação das infra-estruturas necessárias à execução do Projecto Sonaref;

Tendo em consideração que nos termos do artigo 37.º da Lei n.º 3/04, de 25 de Junho, Lei do Ordenamento do Território e Urbanismo, conjugado com os artigos 29.º e 31.º da Lei n.º 9/04, de 9 de Novembro, Lei de Terras, o Executivo pode desafectar terrenos do domínio público e integrá-los no domínio privado do Estado, possibilitando a constituição de direitos fundiários sobre os mesmos;

Nos termos das disposições conjugadas da alínea f) do artigo 120.º e do n.º 3 do artigo 125.º, ambos da Constituição da República de Angola, o Presidente da República decreta o seguinte:

ARTIGO 1.º**(Desafecção dos terrenos)**

São desafectados do domínio público e integrados no domínio privado do Estado os terrenos incluídos na área de implementação do projecto Sonaref, definidos no Anexo I do presente diploma, com a delimitação referida na lista de coordenadas constantes do Anexo II, exceptuando as estradas públicas.

ARTIGO 2.º**(Registo dos terrenos)**

O presente diploma constitui título bastante para que o Governo Provincial de Benguela registe na Conservatória do Registo Predial, os terrenos referidos no artigo 1.º

ARTIGO 3.º**(Dúvidas e omissões)**

As dúvidas e omissões suscitadas da interpretação e aplicação do presente diploma são resolvidas por decreto presidencial.

ARTIGO 4.º**(Entrada em vigor)**

O presente decreto presidencial entra em vigor na data da sua publicação.

Apreciado em Conselho de Ministros, em Luanda, aos 26 de Março de 2010.

Publique-se.

O Presidente da República, JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS.